



Imprensa e literatura: texto, contexto e intertexto na Goa colonial (1930-1945)

Press and literature: text, context and intertext in colonial Goa (1930-1945)

Adelaide Maria Vieira Machado

Universidade NOVA de Lisboa, Lisboa / Portugal

adelaidemachado@sapo.pt

<http://orcid.org/0000-0003-3702-0569>

Resumo: Na importante ligação entre imprensa e literatura procuramos salientar em contexto colonial a forma como o texto literário influencia e é influenciado pelos lugares em que surge e as formas de leitura que promove. Destacamos em termos teórico e metodológicos qual o impacto dessa ligação na emancipação dos povos que a história conectou. O caso goês surge como paradigmático da complexidade destes cruzamentos culturais.

Palavras-chave: Goa; Cultura; Colonialismo; Laicismo; Texto literário; Literatura; Crítica anticolonial; Leituras e formas de escrita

Abstract: In the important connection between the press and literature, we try to highlight in a colonial context how the literary text influences and is influenced by the places in which it appears and the forms of reading that promotes. We highlight in theoretical and methodological terms what the impact of this connection on the emancipation of the peoples that history connected. The Goan case emerges as a paradigm of the complexity of these cultural intersections.

Keywords: Goa; Culture; Colonialism; Secularism; Literary text; Literature; Anticolonial criticism; Reading and writing forms

O Ato Colonial, primeira lei constitucional que saiu do golpe militar de 1926 em Portugal no começo da ditadura de Salazar, visava instituir duas coisas: a ligação orgânica de submissão das colônias à metrópole; a estabilização da diferença entre cidadania de primeira, a metropolitana, e cidadania de segunda, a colonial, para os naturais assimilados, sujeitos aos mesmos deveres, mas sem os mesmos direitos. Salientaremos neste recorte a importância do texto literário, divulgado e vulgarizado pela imprensa periódica em Goa, enquanto colônia portuguesa (1505-1961), na construção de um discurso identitário próprio, pelo viés da cultura, funcionando como veículo de disseminação cultural e literária, por excelência.

Edward Tylor (1832-1917) definiu cultura de forma ampla, como fruto da criação humana, como algo que continha em si o todo complexo que incluía o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes, e qualquer outro hábito e capacidade adquiridos pelo homem (1865). Das suas experiências no contacto com várias culturas, esse autor extraiu a unidade do termo Cultura como singular comum. Franz Boas (1858-1942) (1966) complementou essa noção, partindo da certeza da pluralidade e diversidade de culturas existentes e chegando a conceitos de particularidade de uma cultura local, mas como produto da aceitação de várias culturas diferentes, recompostas em algo único e particular.

A partir dessas primeiras definições de modernidade do termo Cultura chegamos facilmente à compreensão daquele que entendemos ser o moderno conceito de cultura que, assimilando na tensão e na relação dinâmica entre unidade e diversidade, no cruzamento entre pluralidades e a singularidades, procura sobretudo a não hierarquização das culturas. No caso de Goa, a imprensa periódica e a produção cultural editadas no período colonial são a expressão de uma cultura própria, com todas as contradições que o colonialismo e, depois, o nacionalismo lhe impõem. Para além disso, é preciso atentar a peculiaridade do suporte que é a imprensa periódica, um dos veículos por excelência da cultura escrita, que abre para o papel atribuído pela sociedade em questão à palavra escrita, às formas e suportes da mesma e aos tempos e modos de leitura. A importância da materialidade da palavra escrita, no caso, no jornal e na revista, é demonstrada pelo lugar que ocupa na produção de conhecimento e nas relações com os agentes envolvidos, escritores, jornalistas, editores, leitores, e destes com o poder. Uma publicação periódica, vista como fonte, mas também como matéria de estudo, ajuda-

nos na compreensão do texto produzido nesse suporte, enquanto objeto de apropriações várias, que conduzem a atribuições de significado diversas, refletidas nas decisões de publicação, nas intervenções exteriores e nos vários tipos de mediação possíveis, fundamentais para descortinar o sentido e a inteligibilidade do trabalho em proposição. Acompanhando Chartier, queremos desvendar “o significado dos textos entre restrições transgredidas e liberdades refreadas” (2014:46).

Partindo da proposta comparatista que Marc Bloch apresentou (D’Assunção, 2014: 277) e que se tem vindo a apurar por novos caminhos, através do debate dos últimos cem anos até aos dias de hoje, em torno da ideia de transnacionalidade partindo de realidades culturais, que ao cruzarem-se transbordam fronteiras e criam novos modelos relacionais de apreensão entre o local e o global, ao serviço da compreensão do mundo atual. As histórias conectadas de Subrahmanyam (2007:253) seguem essa linha, pela qual, tal como em Gruzinski (2003), se pretendeu fugir ao eurocentrismo que reduziu a comparação ao olhar no espelho o modelo ocidental e a confrontar-se ou equiparar-se com ele. Na verdade, mesmo esses novos modelos relacionais (Zimmermann; Werner, 2003:83) que vimos referindo - comparatismo, transculturalidade, cruzamentos, interconexões ou entrelaçamentos - só adquirem a validade se se situarem num ponto de observação crítico, isto é, se houver um esforço de questionar hierarquias e modos de ver tradicionais, porque desta atitude científica depende o sucesso, não só de uma teorização e metodologia acertada, mas da constante renovação do conhecimento.

O caso goês que aqui pretendemos descortinar, dentro do contexto e dos parâmetros já referidos, apresenta-se como paradigmático dessa dinâmica relacional, já que é um lugar de cruzamento de histórias e culturas com resultados inovadores que importa apurar, compreender e divulgar. Uma ideia de cultura alargada (Cucho, 1999) mostra-nos que da unidade à diversidade e vice-versa constrói-se uma relação dinâmica que estrutura o conceito de cultura que presidirá ao estudo que agora se apresenta. Neste enquadramento a importância da produção literária, divulgada e vulgarizada pela imprensa nas décadas de 1930 e 1940 em Goa, torna-se incontornável, se pensarmos no poder de contestação e resistência vindo de movimentos culturais a que a elite intelectual goesa não era alheia. No embate com a censura, a literatura foi fundamental como veículo de crítica e propaganda de ideias, capaz de chegar mais longe em termos de público e mentalidades, além de, contornar mais

facilmente os rigores da censura prévia, em comparação com as matérias políticas. O texto literário ocupou, no contexto apresentado, um lugar fulcral no equacionamento desta cultura de oposição e resistência que pretendemos situar e definir, e da rede intelectual a ela ligada.

A intelectualidade goesa cedo se salientou nesse combate através de uma produção regular de jornalismo cultural e político, e na existência ativa da figura do intelectual engajado ligado a redes e movimentos, que não se via a si próprio como político, mas que queria intervir beneficentemente na sociedade. A imprensa periódica ocupou um lugar fundamental no reconhecimento de redes de contato e rutura, e no mapeamento intelectual de oposição à ditadura. Saída de uma linha republicana e democrática goesa, descortinamos a denúncia política da legislação ditatorial e a diferença que ela representava em relação ao passado conectado entre Goa e Portugal, representando um recuo severo, irreversível para muitos, do projeto de autonomia federada que se iniciara em ligação a algumas correntes intelectuais da 1ª República em Portugal (1910-1926). A denúncia revelava, ao mesmo tempo, a necessidade de ação e a existência concertada de núcleos de oposição que demonstravam ser impossível aceitar e conviver com as medidas de repressão e censura que estavam a paralisar o desenvolvimento político e cultural de Goa. A uniformização forçada em termos políticos, com o esvaziamento dos poderes locais intermédios, determinados pela ditadura de Salazar, com a produção do Ato Colonial e da carta orgânica imperial, punha em causa o princípio democrático da igualdade e da cidadania, que já faziam parte do caderno reivindicativo da elite goesa com sólidas tradições de crítica e debate. A aproximação, que se foi cimentando, com a luta anticolonial na Índia inglesa, e a colagem a muitas das reivindicações autonómicas e às formas de luta dos movimentos dos *freedom fighters*, reforçou a posição dos que defendiam que a libertação de Goa não podia passar nem pelos estatutos de autonomia ou independência, mas sim pela adesão a uma União Indiana livre do jugo dos impérios (XXX, 2020).

O direito a uma cultura própria surgia como um direito político, em ligação com o direito de cidadania integral e democrático, cuja ideia de igualdade se apresentava na riqueza da existência, respeitando a diversidade de tempos e lugares, por contraste com aquela que era oferecida aos cidadãos dos impérios pelos estados colonialistas. Desta forma, como parte integrante da cultura goesa, a literatura e a imprensa, partindo de um tronco comum, foram tratadas como meios de superação

e ressurgimento cultural e nacional, em complemento e através do uso das línguas vernáculas. A contextualização recorrente permitiu descortinar as relações entre os vários agentes, envolvidos na divulgação de informação e do conhecimento, nas redes de poder, na oposição, e através da análise dos vários discursos e leituras que a imprensa periódica mobilizou nas ações concretas que dinamizou (XXX, 2021). Incluso na própria definição de mediação está, como se sabe, a intervenção ativa na criação de novas realidades/representações, como espaço fundador das mesmas, e nesta medida, a imprensa colonial em contexto imperial comportou os vários discursos, quer de propaganda aos regimes coloniais, quer de oposição e resistência aos mesmos. Neste último caso procurou, mesmo em momentos de ditadura e censura, responder às situações de rutura que as relações coloniais levantavam, e alimentar o debate possível ao contornar a censura e, sempre que possível recorrendo à liberdade dos espaços de exílio e à clandestinidade. A imprensa e o estilo jornalístico eram já o reflexo de uma modernidade globalizada que fazia da literatura o veículo de apelo a mudanças sociais, denunciando através da publicação do texto literário na imprensa, os dramas de género e o cruzamento com as limitações que as castas e as classes iam introduzindo. Neste enquadramento, o intelectual enquanto escritor era definido como aquele que ligava cultura e política, assumindo cada vez mais o papel de mediador entre o povo e o poder.

A partir do estudo contextualizado por meio da atuação de intelectuais, jornais e jornalistas, pode comprovar-se a existência de uma corrente goesa contra a ditadura, que desde 1930 vinha a assumir uma cultura política de oposição e resistência e a sofrer as medidas repressivas do governo português. Várias soluções e alternativas estavam ainda em discussão, mas tornou-se bastante mais claro que existia em Goa uma cultura democrática firmada, que era incompatível com a mundividência do regime autoritário de Lisboa. A ideia intelectual de democracia prendia-se em contexto internacional com o nascimento, na transição dos séculos 19 para o 20, de várias correntes culturais e políticas que importa enquadrar no mundo global em que surgiram, isto é, no cruzamento de histórias entre povos, raças, classes, castas e géneros, que complexificam as dicotomias entre oprimidos e opressores entre colonizados e colonizadores (Cooper, 2014). Seria um erro de interpretação pensar que as teorizações em torno do conceito de democracia se podem limitar ao Ocidente e que o conceito não incorporou naquilo que é hoje, toda a história de revoluções, lutas

de libertação e independências no mundo dos impérios coloniais, e no mundo pós-colonial: “A disposição global da democracia, como um efeito ou atitude de inclusividade infinita ou como predicador da interligação de si com o mundo, foi intensificado por uma viragem ética na cena transnacional do pensamento político do início do século XX, nascido em si mesmo do encontro colonial.”[Tradução nossa]¹ (Gandhi, 2014:1)

É em ligação com este contexto global que não podemos esquecer o intercâmbio de mundivisões existentes no espaço colonial nos mais diversos graus e, por essa via, entender o contributo para a teorização da democracia que nasceu do processo das lutas por autonomia e libertação no seio dos vários impérios. A circulação das elites intelectuais das colónias vai criar uma dinâmica atualizada de transversalidades que, em consequência das atitudes dos regimes autoritários, levará a proximidades de movimentos comuns compostos por antifascistas e anticolonialistas das várias latitudes. Esta dimensão da democracia intelectualizada e reflexiva sobre si mesma, enquanto espaço redentor capaz de libertar subalternos e reformar colonizadores, vai pautar o debate e as literaturas da época ao abrir para temas e soluções variados, que a questão colonial e as minorias punham na agenda política do dia.

Naturalmente que o sujeito/cidadão imperial, tal como foi sendo definido e legislado nos vários espaços de colonização europeia, não tinha uma igualdade política em termos dos chamados direitos de cidadania. Esse foi um dos pontos chave das insurgências, isto é, o conhecimento perfeito das elites nativas dos direitos e deveres da cidadania, individual e coletiva, deu-lhes a exata medida para que a comparação com a cidadania metropolitana acontecesse. Por outro lado, o cidadão metropolitano que levara boa parte do século 19 a lutar, sem sucesso, pelo direito ao sufrágio universal, encontrava agora nos conceitos de minoria e subalternidades de género, raça e classe, outras fontes de inspiração e luta. No mundo colonizado, a comparação entre os cidadãos e os súbditos imperiais, levou à incorporação na luta dos segundos o direito à cidadania plena, enquanto promessa de igualdade (Jayal, 2013), fatores de pertença e identidade, que moldaram os vários nacionalismos no campo da oposição. Faz-se,

¹ “The global disposition of democracy, as an affect or attitude of infinite inclusivity or as predicating the interconnection of self and the world, was intensified by an ethical turn in the transnational scene of early twentieth-century political thought, itself born of colonial encounter.”

portanto, necessário perguntar, no âmbito da política, como lidar com o equilíbrio ou a justaposição, numa sociedade colonial, entre a cidadania e a identidade nacional, mais, entre uma ideia de cidadania e uma dada identidade cultural? A novidade que o século 20 trazia, em resposta a um modelo autoritário, centralizador e expansionista de império colonial, era precisamente uma vontade de equacionar autónoma e democraticamente a possibilidade da construção de unidades/igualdades políticas, no seio das diversidades culturais e das diferenças sociais (Harvey,2004:95). Este embate acabou por moldar a evolução da ideia de democracia, com um entendimento crescente de que só a sua praxis podia promover a verdadeira cidadania e o cidadão responsável. A ideia de que a democracia política, enquanto o direito de todos participarem na esfera pública, de elegerem os seus representantes, ou serem eleitos como tais, era um processo que dependia de várias etapas educacionais que antecederiam a conceção de cidadania plena começava a ser questionada pelos vários quadrantes progressivos e progressistas que temos vindo a definir. Estes, entendiam que só o alargamento da igualdade política poderia garantir e revelar a vocação natural da democracia enquanto praxis, e nesse sentido, para estas correntes de pensamento a vivência democrática era incompatível com a existência da situação colonial.

Tal como a ideia de democracia, a ideia de cidadania não é estanque, mas dinâmica, querendo dizer que os seus agentes e decisores foram-se alterando, bem como o discurso que os definiu perante a narrativa que os delineava (Cooper, 2008:21). Depois da história dos reis e da história das civilizações, a história dos povos começava a ser escrita com toda a alteração de protagonismo que o homem-massificado, produto do coletivo, vinha trazer. A figura do intelectual dava a consistência necessária a estes cruzamentos culturais e políticos de histórias que se conectavam. Não será, pois, demais lembrar que os grupos intelectuais que se formaram na transição do século 19 para o 20 eram na sua constituição transversais à sociedade, isto é, acompanhavam o perfil alargado da principais forças políticas, liberais, socialistas e conservadores; e enquanto alguns mantinham a sua independência política (Benda,1927), outros funcionavam como ideólogos de serviço dos vários regimes como consultores especializados, ou como militantes empenhados. Enquanto grupos ou movimentos, a imprensa periódica foi o seu meio de intervenção na realidade (XXX, 2018), exprimindo-se através de um manifesto e dos seus desdobramentos mantidos do primeiro ao último número, e cujos agentes, enquanto elites

intelectuais ou força de trabalho, não conheciam as fronteiras imperiais e permitiam-se relações transversais de apoios, oposições e resistências. No que dizia respeito aos colonizados, quer a liberdade de escolha, quer a reciprocidade de trocas com a metrópole, estavam intrinsecamente comprometidas desde o início, motivando na mesma medida oposições e resistências em redes intelectuais, que são as que aqui nos importa evidenciar como o princípio do fim dos impérios coloniais.

No caso vertente, a ideia de império colonial português, enquanto tal, nasceu como os restantes do interesse expansionista de todas as potências europeias que levou à criação de regras de ocupação do espaço geográfico colonizado (Alexandre, 1993:1117). A ocupação histórica que favorecia os portugueses, foi na mencionada Conferência de Berlim substituída, definitivamente, pela obrigação em *civilizar* e promover o desenvolvimento económico dos espaços sob tutela colonialista. O regime republicano estabeleceu algumas mudanças estruturantes nas relações entre a metrópole e as colónias. Assumiu, pelo menos em teoria, perante as potências europeias, a missão civilizadora, adotando ou não – a depender da colónia - uma política de assimilação nativa, ao mesmo tempo, que apostava na descentralização administrativa (Silva, 2016:323). Algumas correntes republicanas, que tinham eco e apoio nas elites coloniais nativas e europeias, eram defensoras de processos tendentes à autonomia completa e independência das colónias, enquadrados ou não, numa ideia de império de províncias federado, que fazia parte da idiosincrasia republicana, tais como a laicização da sociedade e a liberdade de consciência e culto. Parte importante da construção do anticolonialismo e das emancipações sucessivas do século 20, o laicismo foi facilmente incorporado como reforço de pertença, para além do discurso colonialista das diferenças culturais e raciais, permitindo a construção de identidades nacionais a partir de histórias conectadas, e de culturas híbridas, que comportavam a diferença religiosa. Adquiriu por esta via várias formas de relacionamento com a religião, a história e a cultura, mas a que nos interessa aqui destacar é a contribuição importante na formação do espírito crítico, para o questionar de certezas absolutas que caracterizam a literatura secular.

Em Goa, este processo dinâmico que incluiu esta discussão aberta pelos governo e parlamento centrais e que, ao nível do poder local colonial se traduziu em órgãos como o Conselho do Governo, onde chegou a haver mais membros eleitos localmente que nomeados pelo

governo central, fez que com que uma boa parte da elite intelectual goesa aderisse ao ideal democrático e liberal, acreditando que estava em curso uma alteração significativa das relações coloniais (Lobo, 2013). Como resultado as elites hindu e católica, sem perder de vista a luta contra o Império britânico na vizinha Índia, julgaram ter um caminho próprio de democratização, e conseqüente libertação do poder colonialista, a que o golpe que levou à ditadura rapidamente pôs fim, assim como à pretensões políticas que reuniam vários sectores intelectuais goeses e portugueses. A legislação colonial que se seguiu com o golpe de 1926, em sentido contrário do desejado, reforçou as alianças transversais de resistência, que em Goa levaram a algumas iniciativas conjuntas entre católicos e hindus, enquanto exemplo de uma cultura de oposição que aquelas medidas ditatoriais provocaram um pouco por todo o império.

É o indiferentismo, a cegueira intelectual e a aberração da nossa gente culta e pensante que concorre ao estado atual deplorável da sociedade [goesa]. Há que corrigir tudo isto. Urge, pois, a própria juventude se unir agora numa liga reformista e empreender, sem desânimos, reformas no campo cultural, educativo e social, emendando erros passados e acabando com as fórmulas caducas e com as superstições, organizando para tanto conferências, gabinetes de leitura e uma sã propaganda intensa e permanente por intermédio dum organismo próprio e adequado, e tomando, por sua vez, cada membro da liga o compromisso solene de cumprir estritamente as clausulas que forem estipuladas. É necessário que essa liga combata sem tréguas o fanatismo religioso e os preconceitos que dele derivam e promova a aproximação de todas as religiões, insuflando do animo de todos os sentimentos de igualdade e fraternidade. (Nagorcencar, 1936:3)

No contexto histórico definido dos anos 30 e 40 do século 20, deram-se os grandes debates em torno de revoluções e emancipação dos povos. Esta frente em Goa abria diretamente para a luta contra a ditadura e o colonialismo portugueses, ao mesmo tempo que divulgava o pensamento e a ação das diversas oposições espalhadas pelo império e no exílio. Em ligação direta com o direito à emancipação dos povos, a Índia britânica aparecia como um espaço de debate entre várias correntes políticas transversais às diversas religiões e minorias, seguida de perto e partilhada em Goa. O Ato Colonial veio alargar este leque de descontentamento e promover e clarificar o separar das águas, porque obrigou, como vimos,

a escolhas mais finas na malha política goesa, entre apoio ou oposição declaradas, bem como promoveu e reforçou as alianças entre setores das elites intelectuais católica e hindu. Foi a partir daí, em torno da ideia e pensamento democráticos concretizados numa cidadania plena em liberdade de consciência e culto, que se procuraram parcerias dentro e fora de Goa, divulgando um debate em curso, que, ao opor-se ao fascismo, nazismo e imperialismos, abria para outras discussões já no campo democrático e dos democratas, afirmando aí o seu lugar e pontos de vista.

A ideia de cultura, com que se iniciou esse estudo, e de como a sua teorização atualizada, enquanto relação dinâmica entre a unidade do singular comum do termo cultura e a particularidade admitida na diversidade de todas as culturas nos vários lugares, foi aqui entendida enquanto produto da relação espaço/tempo que os vai definindo. O desdobramento desta noção de cultura de viés histórico e antropológico, conduziu necessariamente a um entrosamento com o campo literário (Bourdieu, 1996; Williams, 1983) em tempo e lugares coloniais, e à descoberta de uma vontade consciente de intervenção engajada na transformação cultural, social e política (Santos, 2007:3). Se a literatura pode ter um papel regulador ao acompanhar a ideologia dominante e as suas representações (Eagleton, 2000), ela tem também a capacidade de intervir na reabilitação de saberes e experiências revolucionárias e emancipatórias desautorizadas ou silenciadas (Canelo, 2018:217).

Os princípios do Ato Colonial, e em particular a sua fraseologia infeliz, mostram que a velha e imemorial ideia de essência orgânica e sujeição perpétua dominam as mentes do estadista português. A ideia imperial é repetidamente enfatizada e pregada. A nação está sendo educada no imperialismo e tentativas concertadas são feitas para criar uma consciência imperial. O império – palavra muito infeliz e ofensiva – é pregado como essencial para a existência de Portugal como nação independente. (Fernandes, 1934:14.1)

As estreitas ligações entre correntes de pensamento político e a prática da literatura vieram comprovar a importância da produção literária, divulgada pela imprensa nas décadas de 1930 e inícios da década de 1940 em Goa, revelando-se incontornável, se pensarmos no poder de contestação e resistência que demonstraram junto à elite intelectual goesa. No embate com a censura, a literatura foi fundamental como

veículo de crítica e propaganda de ideias, capaz de chegar mais longe em termos do espaço público e das mentalidades, além de, contornar mais facilmente os rigores da censura prévia, em comparação com as matérias políticas. A literatura ocupou, no contexto apresentado, um lugar fulcral no equacionamento dessa cultura de oposição e resistência e da rede intelectual a ela ligada. Apenas a título de exemplo da intensidade com que resistência política e literatura estavam conectados, um dos principais redatores do *Pracasha*, o escritor e poeta goês António Aiala, que usualmente assinava como Repórter Z, apresentava uma crônica irônica acerca da terrível luta que tinha tido com a sua caneta (pena), porque ela queria colocar a literatura ao serviço da resistência e ele, tentara impedi-la, chegando a usar a força, mas com pouco sucesso (1937:4).

Nesse contexto, o nacionalismo goês tinha como objetivo adaptar a situação de Goa a uma Índia independente, tal como estava a ser pensada na altura, pelo menos por grande parte do Congresso Indiano, como uma federação de estados. Foi, no entanto, pelo viés da cultura literária, que frequentemente se afirmou o lado nacionalista dessa resistência, pela demonstração da existência de uma produção literária goesa publicada na imprensa.

“A literatura sempre expressou a alma de um povo. Os seus pensamentos, sentimentos, paixões, esperanças, conquistas, alegrias, sempre encontraram eco na literatura. O poeta sempre os cantou nos seus versos imortais. E os poetas goeses deram voz ao anseio secreto do seu povo fora de Goa.” (Editorial, 1939:34)

De forma sistemática foram publicadas, poesias e contos, escritos por goeses, mas também, em crônicas, ensaios e em artigos de crítica literária. Nesse enquadramento eram produzidos discursos literários que traduziam críticas e que davam protagonismo ao autor do comentário sobre a obra ou as obras de outros autores. A crítica literária tornara-se, obviamente, relevante para a construção das culturas nacionais, mantendo um diálogo constante com o leitor acerca da literatura, de uma forma que se pretendia propedêutica (Nitrini, 1997). Ambas se relacionavam com a historicidade do lugar de enunciação e com as tradições literárias em que se encaixavam local ou universalmente, em ruptura ou em continuidade com as mesmas (Sethi, 2002).

A construção da representação de nacionalidades e culturas nacionais, que teve o seu início na França protorrevolucionária, a que se seguiram as revoluções norte-americana e francesa, passando pelas

independências sul-americanas e disseminando sua influência pela África e pela Ásia, fundou uma nova maneira de ler e escrever a história, agora nacional, a partir da prova histórica, da veracidade das fontes. Em meio a esse processo, produziu, também, o romance histórico. Ao longo dos séculos XIX e XX, os jornais e revistas divulgaram as novas descobertas arqueológicas e etnográficas, que fundavam o passado histórico de cada nação, e vulgarizavam, em folhetim, essa nova literatura, que pretendia chegar ao povo através dos heróis vindos das camadas mais populares da sociedade. Literatura e identidade nacional eram formas de objetivação da realidade nacional a ter em conta na compreensão e interpretação da realidade e da história, quer nas formas globais que assumiu, quer nas especificidades dos lugares nas várias camadas de nacionalismos contemporâneos, mais inclusivos uns, mais exclusivistas outros, com prolongamentos até aos dias de hoje.

Na complexidade da sociedade colonial indiana, na qual se incluíam os goeses e as respectivas comunidades migrantes na Índia inglesa constatamos um reconhecimento de duas dimensões. A primeira, a interculturalidade como proposta ética, não hierarquizada, entre as histórias que se conectavam de impérios antigos e modernos, era agora revista à luz de todos esse processo. O passado fora aceite como impossível de apagar, mas a partir daí várias opções conscientes foram feitas, em termos culturais e políticos. Essas opções levam-nos à segunda dimensão, a de uma possível integração de Goa na Índia do Congresso, no projeto de Gandhi e de Nehru. Nesse contexto a ideia de uma federação de estados agradava a todos que defendiam uma autonomia para Goa. Justificava-se assim, também, o querer dotar Goa de uma identidade que traduzia algo único no todo da Índia, mas sem rejeitar a complexidade e a riqueza de suas várias conexões milenares.

Através de um estudo introdutório efetuado sobre literatura e nacionalismo goeses (XXX, 2019:121), a poesia vista por Lúcio Rodrigues, um poeta e crítico literário goês, surgiu-nos entrecruzada com a história de Goa que ultrapassava as fronteiras impostas, definida pela diáspora cultural e política dos goeses. Designando a literatura como parte da ontologia de um povo, no caso o goês desenhava-se, através da expressão poética e literária, uma identificação que se fazia pelo sentimento de partilha e pertença, que eram facilmente reconhecidos por todos os envolvidos, como algo familiar. O leitor juntamente com o crítico, sem se conhecerem, reconheciam-se nos traços em comum daquilo que liam. Outra característica que demarcava a literatura goesa apresentada,

era o facto de não só se expressar em várias línguas dentro do mesmo espaço nacional, mas ser definida por esse multilinguismo (Castro, Braga, Garmes, 2016:313) ao contrário da maioria das literaturas nacionais.

Nos exemplos apresentados, para além da existência de uma história que dava corpo àquela poesia, havia a própria vivência que era formatada pelos usos, costumes e tradição folclórica, e os seus heróis populares, os homens comuns. Essa vivência narrada dava forma, por sua vez, às culturas locais e à cultura como maneira alargada de conectar os vários mundos e agendas na diversidade de um mesmo povo. Procurava-se uma unicidade coletiva, na multiplicidade individual dos poetas e escritores, e nela se encontraria a identidade de todos eles, incluindo a do crítico e a dos leitores.

Escreva sobre o que sabe melhor. Sobre as pessoas entre as quais tem vivido. Gente simples talvez; gente humilde; gente cujas vidas são apenas as suas. Quero dizer, tentar uma vida que possa ser um símbolo da própria Vida [...] em qualquer caso, não impingir sobre as pessoas pobres a sua própria concepção trágica ou romântica ou cínica, da vida. Vá até eles com toda a humildade, com toda a honestidade. Tente viver as suas pequenas vidas. Seja uma criança com crianças. Seja 'rude' com rudes [...] E você vai, ao mesmo tempo, escrever história, meu rapaz, e sociologia também. E você está a ajudar o seu povo a ver-se tal como é. (Meneses, 1939:14)

Dentro desse quadro, Goa precisava demonstrar a existência de uma cultura literária própria, demarcada pelas influências que se conheciam, a de uma tradição cultural e de uma história partilhadas, e as que apontavam para as narrativas nacionais contemporâneas. O sistema de representações que resultava do diálogo permanente entre nacionalidade e literatura teria de ligar as várias particularidades e universalidades, que tornavam o mundo das nações inteligível na unidade das diversidades. As correntes literárias tinham uma forma de se propagarem, quer através das elites coloniais, quer de movimentos que vindos do povo eram apropriados e atravessavam a literatura, o jornalismo e as narrativas históricas. O multilinguismo, a interculturalidade, e a condição de exílio, ligados a dependências coloniais, a perseguições políticas e religiosas; e também, mas ainda por essa via, à necessidade económica de emigração, para garantir a subsistência. Por mais variadas que fossem as razões da diáspora, ela constituía um traço comum na prosa e na narrativa poética de Goa.

Enquanto gênero literário o conto ou *short story*, reconhecidamente inspirado nos contadores de histórias, ganhara um novo fôlego nos jornais e revistas, atualizando e criticando costumes e quotidianos, adquirindo o perfil da mensagem imediatista jornalística. Armando Menezes, professor e escritor goês em Bombaim, já defendia em 1934, que “A distinção entre jornalismo e literatura não podia ser mantida como até aí, já que muito trabalho criativo aparece nos jornais, enquanto que, tanta ‘literatura’ foi invadida pelo jornalismo.” (1934:13)

Entre as tradições históricas fundadoras de Goa, indiana, europeia e portuguesa, desenhava-se uma literatura global de que os goeses também faziam parte. O naturalismo e realismo dos contos ou o romantismo que os antecedeu e com o qual conviveram são bons exemplos, mas não únicos, dessa interconexão cultural que faz parte de um todo cultural e político mundializado. Essas dinâmicas em escala global reforçam a necessidade de afirmar valores locais, e vice-versa, o que acaba por promover uma relação dialética entre local e global, materIALIZADA em redes literárias e intelectuais, e nas intertextualidades transpostas nas páginas de jornais e revistas como resultado das diferentes leituras, que transformaram a imprensa num verdadeiro meio de comunicação e um construtor de esferas públicas, destacando os vários níveis de consequências geradas, quando se cruzavam suportes materiais e estilos literários e jornalísticos, contribuindo para a discussão do papel dos vários tipos de censura nestes contextos.

Notas finais

A implantação da República em Portugal em 1910, teve profundas consequências no império colonial português. Retomando o debate iniciado em 1820 nas primeiras cortes liberais, sobre a separação entre estado e igreja, deu início a um processo de laicização da sociedade que alcançou, de diversas formas culturais e políticas, e a diferentes ritmos, as colônias portuguesas. Pela primeira vez na história do país, a Constituição (1911) não proclamava uma religião de estado, abrindo intencionalmente para o fim dos privilégios atribuídos à religião católica, e para uma maior liberdade de consciência e de cultos.

O retrocesso que se seguiu com a ditadura e a legislação colonial segregadora, levou à interrupção desse debate, mas também à mudança de rumo do mesmo, com a criação de redes intelectuais de oposição e resistência procurando novas soluções culturais e políticas para Goa.

Estabelecendo uma ponte de compreensão entre os dois parágrafos anteriores, podemos ler no jornal goês de oposição à ditadura, o *Bharat*, dirigido por Hegdó Desai:

O *Bharat* defende sempre o interesse público. E quem diz *o interesse público* diz *o interesse de todos os habitantes deste Estado* [itálico no texto]: hindus, cristãos, moiros, parses, gugires, alparqueiros, farazes, enfim todos, naturais ou naturalizados neste país [...] Somos daqueles que cultivam a convicção inabalável e firme de que membros duma Coletividade são todos *irmãos, são partes integrantes e inseparáveis de um só Todo* [itálico no texto]. (Saibam Quantos..., 1946:1)

Como salientámos ao longo do artigo, estas redes correspondiam a uma elite intelectual que era constituída por escritores e jornalistas, que independente das profissões que exerciam, assumiam o papel de mediadores entre os anseios do povo goês e o poder colonial. O perfil literário multicultural de Goa, seria assumido como constitutivo da identidade, incorporando o multilinguismo, e sobretudo como consequência da diáspora, claramente manifestada na literatura goesa pelo sentimento de exílio. A história da diáspora e do exílio dos goeses, contava, também, a história de Goa.

Aquilo que hoje tomamos por adquirido, como leitura laicizada da realidade, foi aos poucos sendo introduzido, através de ruturas e continuidades por um dos veículos dessa transformação, a literatura, pela facilidade com que a ficção penetrava, quer na esfera público, quer sobretudo na privada, nessa nova realidade. A chamada literatura engajada, de resistência e crítica que colocava o ser humano como o centro da sua própria história, isto é, a história como obra humana que dava um significado ao mundo. A Literatura puxava a carroça da política e da lei ao demonstrar a possibilidade de mundos melhores nos quais a defesa da igualdade quanto à crença, género e raça eram incarnadas pela centralidade atribuída às narrativas em que os personagens revelavam a sua capacidade de escolha e conseqüente espírito de sacrifício perante os obstáculos colocados por usos e costumes. No caso colonial esta visão era muito mais complexa, isto é, este fenómeno vai manifestar-se na luta contra o colonizador pela retoma de valores anteriores à colonização, atualizando-os ou reinventando identidades nacionais para reforçar e tornar credível o esforço de libertação. Não só a literatura,

mas a capacidade de esta criar a existência real de uma rede de leitura alternativa, interessada e em crescimento, vão ter um papel fundamental na emancipação progressiva dos povos.

A literatura, engajada ou não, refletiu essa resistência que apontava para o novo mundo em construção, por duas vias: Em primeiro lugar, porque a literatura se tornou no espelho do acontecer, e nesse sentido, podia opinar de forma verosímil através distribuição de peso atribuído aos personagens, sobre o que estava errado nesse *acontecer*, apontando ao mesmo tempo, para o que na realidade deveria ser a ação correta a tomar pelos leitores nas suas escolhas e caminhos de vida. Em segundo lugar, é o sucesso ou insucesso dessa literatura que funcionava como termómetro das formas de leitura da sociedade, demonstrando a vontade de mudança de paradigma de que as primeiras décadas do século 20 foram exemplo. A imprensa periódica como espaço de intertextualidades, e capacidade de aumentar e conquistar públicos variados, funcionou como o suporte material privilegiado de toda esta mudança.

Referências

- AIALA, A. [Reporter Z]. Ecce iterum Crispinus, *Pracasha*, 7 Julho, 1937: 4
- ALEXANDRE, V. Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo, *Análise Social* vol. XXVIII (123-124), 1993 (4.º-5.º), pp. 1117-1136
- BARROS, J. D'A. Histórias Cruzadas – considerações sobre uma nova modalidade baseados procedimentos relacionais, *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 277-310, dez. 2014. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/42174>.
- BENDA, J. *La Trahison des clercs*, Paris, Bernard Grasset, 1927
- BOAS, F. *Race, Language, and Culture*, New York, The Free Press, 1966.
- BOURDIEU, P. *As Regras da Arte: génese e estrutura do campo literário*, Lisboa, Presença, 1996;
- CANELO, M.J. Literatura e Cultura. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, número especial, 2018, pp. 217-236
- CASTRO, P.M.; BRAGA, D.D.; GARMES, H. in Colectânea de contos goeses. Apresentação. in *Via Atlântica*, São Paulo, nº 30, 313-321, Dez/2016

CHARTIER, R. *A mão do autor e a mente do editor*, Editora Unesp, 2014, p. 46.

COOPER, F. *Citizenship between Empire and Nation: remaking France and French Africa, 1945-1960*, 2014

COOPER, F. Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África, Anos 90, Porto Alegre, v.15, nº27, pp.21-73, julho 2008

CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*, São Paulo, EDUSC, 1999

EAGLETON, T. *A ideia de cultura*. Lisboa: Temas e Debates, 2000

FERNANDES, A. C. Colonial Policy of Portugal, *O Anglo-Lusitano* de 7 Julho, 1934: 14.1

GANDHI, L. *The Common cause: post-colonial ethics and the practice of democracy, 1900-1955*, University of Chicago, Permanent Black, 2014

GRUZINSKI, S. O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio, *Estudos Avançados*, vol.17 no.49 São Paulo Sept./Dec. 2003. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300020>

HARVEY, D. O ‘Novo’ Imperialismo: acumulação por exploração, *Socialist Register*, 2, pp. 95-125, 2004

JAYAL, N.G. *Citizenship and Its Discontents: An Indian History*, Harvard Press University, 2013

LOBO, S.A. *O desassossego goês: cultura e política em Goa do liberalismo ao Acto Colonial*. Tese de Doutorado em História e Teoria das Ideias, especialidade Pensamento, Cultura e Política. Lisboa: FCSH/UNL, 2013

MACHADO, A.V. (a). Os intelectuais e a cultura democrática. In *Suportes e mediadores: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)*, 201 236. Campinas, Brazil: Unicamp, 2018

MACHADO, A.V. (b). Poesia e exílio de Lúcio Rodrigues: crítica literária e identidade cultural na Goan World dos anos 30 do século xx. *Via Atlântica* 36 (2019): 121-141. <http://dx.doi.org/10.11606/va.v0i36.162041>

MACHADO, A.V. (c). A Goan reading of the cultural impact of the Colonial Act: Introducing intellectuals and periodic press through the

Anglo-Lusitano of July 7, 1934. *Revista de História das Ideias* 38 (2020): 119-153. http://dx.doi.org/10.14195/2183-8925_38_6

MACHADO, A.V. (d). The intellectual biography of Pracasha (1928-1937) as a contribution to the cultural study of Goan democratic thought. *e-Journal of Portuguese History* 19 1 (2021): 101-127. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:gtcjfatu/>

MENESES, A. Cartas à avózinha: como escrever um conto/Letters to Granny: how to write a Short Story. *Goan World*, Abril de 1939:14

MENESES, A. Jornalismo. *O Anglo-Lusitano*, 7 de Julho, 1934:13

NAGORCENCAR, S.R. Urge Reformar, *Pracasha*, 9 Dezembro 1936:3

NITRINI, S. *Literatura Comparada: história, teoria e crítica*, São Paulo: editora USP, 1997

S/A. Editorial. *Goan World*, Dezembro, 1939:34

S/A. Saibam Quantos... *Bharat*, 27 Junho, 1946:1

SETHI, R. *Myths of the Nation: National identity and Literary Representation*, Oxford: Clarendon Press, 2002

SILVA, C.N. Assimilação, assimilacionismo e assimilados no império português do século XX: uma relação equivocada. *O Governo dos Outros: Poder e Diferença no Império Português*, ICS, 2016, pp. 323-364

TYLOR, E. *Researches into the early history of mankind and the development of civilization*, London, John Murray, 1865.

WILLIAMS, R. *Keywords. A Vocabulary of Culture and Society*. New York: Oxford University Press, 1983

XAVIER, A.B. Entrevista a Sanjay Subrahmanyam, *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 24, 2007, pp. 253-268.

ZIMMERMANN, B.; WERNER, M. Pensar a História Cruzada: entre empiria e reflexividade, *Textos de História*, v. 11, n. 1-2, p. 83-127, 2003.

Data de submissão: 28/06/2022

Data de aprovação: 07/07/2022